



ÉTICA, PRÁTICA JORNALÍSTICA E COBERTURA SELETIVA DO SUICÍDIO

GT18: Ética, Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação

Brainer Moreira¹

Fernando Oliveira Paulino²

Resumo

O artigo busca compreender a percepção que jornalistas de veículos impressos têm de notícias sobre suicídio. Com reflexão conceitual e trabalho empírico desenvolvido por meio de entrevistas com jornalistas e profissionais de outras áreas, este artigo busca responder como é orientada a prática jornalística sobre cobertura de suicídios nos três jornais de maior circulação paga do Distrito Federal, partindo da dúvida sobre as condições de publicação deste tipo de material. Diariamente, cerca de 3 mil pessoas se matam em todo o mundo e aproximadamente 25 destes casos ocorrem no Brasil. Para a Organização Mundial da Saúde, os media poderiam ter papel ativo na prevenção ao suicídio, mas o tema não tem conseguido significativa atenção dos órgãos de comunicação social. Pode-se concluir, por meio da investigação realizada, que os profissionais encontraram uma forma comum de atuação, fruto da cultura oral das redações jornalísticas, apesar da falta de debate acerca deste tema. Assim, a factualidade do ato suicida tem presença restrita nos jornais. Tido como questão de saúde

¹ Graduado em Comunicação pela Universidade de Brasília, braitnermoreira@gmail.com

² Doutor, Mestre e Bacharel em Comunicação pela Universidade de Brasília. Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação na UnB, Membro da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (RENOI) e Diretor da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC) paulino@unb.br



pública, o suicídio costuma se tornar notícia somente quando causa outra vítima ou em reportagens que visam diminuir as ocorrências deste tipo de morte.

Palavras-chave: deontologia, jornalismo, responsabilidade social, suicídio.

Índices alarmantes

No mundo, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), uma pessoa comete suicídio a cada 40 segundos. No Brasil, especificamente, foram registrados 9.852 casos de morte voluntária em 2011³, último ano com indicadores atualizados pelo Ministério da Saúde. Os números, no entanto, não são absolutamente confiáveis, pois esbarram nas “dificuldades que a sociedade e instituições (especialmente a família) têm em lidar com a questão, tendendo a evitá-lo, bem como nas deficiências técnicas e profissionais em agências policiais e instalações médicas forenses em diagnosticar essa causa de morte” (Souza et al., 2002, p. 678).

O suicídio é um tema que tem atraído a atenção de profissionais e pensadores de diversas áreas, desde que os tabus religiosos se tornaram menos presentes e a quantidade de casos aumentou (Dapieve, 2009). O debate sobre essa temática é permanente e estruturante a ponto de Albert Camus escrever que:

“Só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio. Julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder à pergunta fundamental da filosofia. O resto, se o mundo tem três dimensões, se o espírito tem nove ou doze categorias, vem depois.” (Camus, 2010, p. 19)

³ Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2012/c09.def>>. Acesso em 19 fev. 2014.

No entanto, os media pouco abordam a questão e, quando o fazem, quase sempre obscurecem o acontecimento individual atrás de uma cortina de eufemismos (Dapieve, 2009). Os manuais de redação da Folha de S. Paulo, de O Globo, do Estado de S. Paulo e do Correio Braziliense tratam o tema de forma rasa, mandando que o suicídio seja noticiado apenas quando o fato tenha aspectos “fora do comum” (Garcia, 1992). Duas exceções ao silêncio sobre o tema estão em documentos produzidos pelo Serviço Público de Radiodifusão. Herdeiro de debate iniciado pela Radiobrás, o Manual de Jornalismo da EBC⁴ estabelece que o suicídio só deve ser noticiado quando a relevância do fato transcenda o âmbito privado e a divulgação depende de autorização prévia da Diretoria de Jornalismo. Outras abordagens são aceitas, seguindo quanto abordam o tema sob a perspectiva de saúde pública abordando fatores causais e as políticas preventivas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) prescreve que difundir a informação de forma apropriada é essencial para o sucesso de programas de prevenção de suicídio. De certa forma, portanto, “os meios de comunicação podem ter um papel ativo na prevenção do suicídio” (OMS, 2000). Para cada suicídio efetivo, existem 20 tentativas frustradas⁵. Para a organização, os órgãos de comunicação social são capazes de influenciar o comportamento das pessoas e “ocupam papel central nas práticas políticas, econômicas e sociais”⁶.

⁴ Os princípios do Manual de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), documento disponível em: http://www.ebc.com.br/sites/default/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf, são semelhantes ao estabelecido pelo Manual da Radiobrás, que determinava que “as causas da morte quando se trata de suicídio só serão noticiadas caso a pessoa seja uma autoridade e, mesmo assim, se houver interesse público de acordo com os Planos Editoriais de cada veículo e com a anuência da direção de jornalismo” (Nucci, 2010). Em consequência da lei 11.652/2008, a Radiobrás foi incorporada à EBC em 12 de junho de 2008.

⁵ Disponível em http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/suicideprevent/en/index.html. Acesso em: 21 fev. 2014.

⁶ Idem.

Estudos sobre a influência do comportamento dos media nesse tipo de caso também ocorrem em outros países latino-americanos. Em 2010, a Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (Afsca) publicou um manual que indicava o tratamento ideal para as práticas suicidas nos meios audiovisuais argentinos. De acordo com o texto, “certas formas de apresentar o suicídio nos meios de comunicação, seja como informação ou como parte de uma ficção, contribuem para desencadear o efeito de contágio ou de imitação” (Marcos, 2010). No México, a situação é diferente. Boa parte dos veículos não dispensa tratamento especial ao suicídio. Alguns jornais e sites noticiosos do país detalham o método utilizado para a morte e utilizam manchetes sensacionalistas – o site La Policiaca, de conteúdo policial, inclusive conta com uma seção específica destinada a suicídios⁷.

Debate limitado

O debate para que o imperativo “não noticiamos suicídios” transforme-se no questionamento “por que não noticiamos suicídios?” pode levar jornalistas a pensar sobre o tema e abordá-lo com menos preconceitos. O tema é afim a outras áreas do conhecimento, tais como sociologia, filosofia, estatística e psicologia, conforme compreensão multidisciplinar estabelecida por Émile Durkheim, que em 1897 escreveu o livro *O suicídio*. No entendimento do sociólogo francês, o assunto não pode ser estudado de forma isolada, sem se pensar no que a morte voluntária representa à sociedade.

Notícias sobre suicídio têm sido publicadas nos media brasileiros, geralmente quando a situação envolve alguma figura pública – como a atriz Leila Lopes (morta em 2009), o ex-jogador e técnico de futebol Carlos Castilho (1987) ou o presidente da República Getúlio Vargas (1954).

⁷ El tratamiento informativo del suicidio en medios escritos mexicanos. Disponível em <<http://desbordamientos.wordpress.com/2011/11/09/el-tratamiento-informativo-del-suicidio-en-medios-escritos-mexicanos>>. Acesso em: 21 fev. 2014.



Em casos isolados, os órgãos de comunicação social também avançam sobre o tema quando se trata de segurança pública. Em 2011, o jornal Zero Hora alertou sobre o perigo da carta suicida da atriz Leila Lopes ter sido publicada pelos media. Em 2009 e 2010, os jornais Correio Braziliense, Jornal de Brasília e Aqui DF noticiaram as 13 ocorrências seguidas de suicídio no shopping Pátio Brasil, em Brasília. Em 2006, a revista Época fez reportagem de capa sobre grupos on-line que incentivavam o suicídio.

Segundo Durkheim, as motivações para o suicídio são variadas, particulares e conhecidas apenas pelo próprio indivíduo. O sociólogo divide a morte voluntária em três categorias (Durkheim, 2003): o egoísta (quando existem poucos laços sociais para impedir que o indivíduo se mate), o anômico (quando as normas sociais que governam a sociedade não correspondem aos objetivos de vida do indivíduo) e o altruísta (quando o indivíduo acredita que sua morte pode beneficiar a sociedade).

Para Durkheim, “não há dúvida de que a ideia do suicídio pode ser transmitida de forma contagiosa” (Durkheim, 2003, p. 109). Ele acrescenta que “talvez não haja fenômeno que seja tão facilmente contagioso” e que mesmo “o impulso homicida não tem tanta tendência a propagar-se” (idem, p. 111). Já no século XIX, alguns especialistas “pediram que as notícias de crime e de suicídios fossem proibidas nos jornais” (idem, p. 124). O sociólogo, porém, discordava de tais pontos de vista, acreditando que “o que pode contribuir para o desenvolvimento do suicídio ou do crime não é o fato de se falar deles; é a maneira como se fala” (idem, p. 125).

A publicação *Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia*, organizada pela Organização Mundial da Saúde, destaca que “o relato de suicídios de uma maneira apropriada, acurada e cuidadosa, por meios de comunicação esclarecidos, pode prevenir perdas trágicas de vidas” (OMS, 2000,

p. 5). É o único guia em língua portuguesa para a cobertura de suicídios. O mesmo estudo afirma que “os clínicos e os pesquisadores sabem que não é a cobertura jornalística do suicídio per se, mas alguns tipos de cobertura, que aumentam o comportamento suicida em populações vulneráveis” (idem, p. 4).

Há investigações que demonstram que o ato de noticiar o suicídio pode aumentar este tipo de morte. Após revisar 42 estudos quanto à influência de jornais sobre suicidas, a pesquisadora Madelyn Gould, da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, “comprovou que 29 (69%) comprovaram a hipótese” (Ramos & Paiva, 2007, p. 127). Dos restantes, oito “não provaram a relação entre o número de mortes e o noticiário e cinco tiveram respostas misturadas ou eram equivocadas na sua formulação” (idem, p. 127).

Um estudo de Steven Stack, professor da Universidade Estadual de Wayne (EUA) estimou que a televisão teria uma probabilidade 82% menor do que um jornal de deflagrar um suicídio por contágio, pois “reportagens sobre suicídio impressas podem ser guardadas, relidas, postas na parede ou no espelho das pessoas, estudadas” (Stack, 2003, p. 239), enquanto “reportagens veiculadas na televisão geralmente duram menos de 20 segundos e podem ser rapidamente esquecidas ou mesmo passar despercebidas” (idem, p. 239).

Em 1986, um “relato sensacionalista de um incidente suicida” (Marcos, 2010, p. 11) teria levado a 22 suicídios nos 18 meses seguintes, no metrô de Viena, na Áustria. No ano seguinte, foi iniciada uma campanha para que houvesse “cuidado especial no tratamento informativo dos suicídios” (idem, p. 11). Depois de seis meses, a quantidade de suicídios e tentativas no metrô de Viena caiu 80%.

Metodologia



Considerando que a desinformação contribui para a manutenção de mitos, o presente artigo se propôs a analisar a percepção que jornalistas e especialistas têm da cobertura de notícias de suicídio, respondendo às provocações de que “a imprensa se coloca não como vetor do ‘contágio’, mas como instância social solidária ao tabu que a suplanta” (Dapieve, 2009, p. 20) e que “jornalistas não são profetas para prever com eficácia as consequências de uma divulgação” (Bucci, 2000, p. 87).

O artigo teve como principal objetivo compreender a forma como especialistas, jornalistas e referenciais bibliográficos orientam a prática e a deontologia jornalística, a partir da dúvida de que os órgãos de comunicação social devam ou não noticiar suicídios, questionando se os profissionais são capazes de delimitar aquilo que representa interesse público e o que deve ser restrito à esfera privada. A investigação foi realizada através de leitura de bibliografia, da análise do noticiário por meio de estudo exploratório em seis jornais impressos de diferentes estados brasileiros e acompanhamento dos noticiários policiais do Correio Braziliense, Aqui DF e Jornal de Brasília, os três veículos de maior circulação paga do Distrito Federal e entorno, região com cerca de três milhões de habitantes que tem se consolidado com terceiro centro urbano no Brasil. Também foram entrevistados jornalistas, agentes de segurança pública, psiquiatras, sociólogos e antropólogos. O trabalho foi realizado a partir de um método de abordagem dedutivo, que na maioria das vezes “prediz a ocorrência dos fenômenos particulares” (Lakatos & Marconi, 1992, p. 106).

Duas técnicas principais de observação direta foram utilizadas para que o resultado final pudesse ser alcançado. A primeira delas, uma análise de conteúdo, permitiu “a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação”. Utilizada em seguida, a técnica de entrevista foi escolhida porque “proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária” (Lakatos & Marconi, 1992).

A análise de conteúdo levou em consideração todas as edições diárias publicadas em junho de 2011, pelos jornais Correio Braziliense (DF), Folha de S. Paulo (SP), O Estado de S. Paulo (SP), O Globo (RJ), Estado de Minas (MG) e Zero Hora (RS). O levantamento foi utilizado para que fosse testada a hipótese de que notícias de suicídio tinham publicação restrita nos media. Entre 1º de junho de 2011 e 30 de junho de 2011, apenas um caso de morte voluntária foi noticiado, em 21 de junho, ainda assim em textos curtos, optando por destacar o homicídio causado pelo homem antes de se matar, em Guaíba, no interior do Rio Grande do Sul. Além desta notícia, foi publicado apenas um evento histórico, o aniversário do suicídio cometido pelo músico britânico Ian Curtis; ou metáforas como “suicídio político” e “suicídio econômico”, em colunas esparsas.

Suicídio na história

O termo “suicídio” teria sido registrado pela primeira vez na Inglaterra, em 1651, de acordo com o Oxford English Dictionary (Alvarez, 2002). No entanto, em 1775, o conceito não chegou a ser listado no Johnson's Dictionary, o mais influente da época, num reflexo do preconceito e da dificuldade da Igreja em aceitar o ato de tirar a própria vida (Alvarez, 2002). Naquele tempo, “o horror primitivo do suicídio, que sobreviveu tanto tempo na Europa, era então o horror do sangue malignamente derramado”, o que significaria, na prática, que “o suicídio havia sido igualado ao assassinato” (Alvarez, 2002).

Em O suicídio, Durkheim define o ato suicida como “todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado” (Durkheim, 2003, p. 14). O estudo que se tornou referencial sociológico foi realizado durante o período de fragilidade econômica que acometeu a Europa e os Estados Unidos, após o Pânico de 1873, uma forte depressão econômica mundial, causada pela queda na

procura de prata. O primeiro sintoma da crise foi a quebra da bolsa de Viena, capital do Império Austro-Húngaro (Savoie, 2005).

A falência da Bolsa de Paris, em 1882, influenciou os estudos de Durkheim, que pôde usar dados para explorar o suicídio anômico. O sociólogo mostrou que, entre 1874 e 1886, o crescimento médio anual da taxa de suicídios era de 2%. Em 1882, subiu para 7%, concentrada, “sobretudo, nos três primeiros meses, isto é, no momento preciso em que a quebra se produziu” (Durkheim, 2003, p. 233).

A publicação de O suicídio contribuiu para que houvesse, na sociedade ocidental, “uma mudança drástica na abordagem do ato suicida, ao não mais vê-lo como a expressão individual de uma doença ou de uma loucura e sim como a expressão individual de um fenômeno coletivo” (Dapieve, 2009, p. 19). O sociólogo também admitiu, pela primeira vez, que, “mais do que o mero boca-a-boca, a imprensa poderia potencializar esta transmissão” (idem, p. 19).

A visão do suicídio tem mudado com o passar do tempo. Na Roma Antiga, a morte voluntária era vista de modo neutro, até que, “no século IV, a posição radical de Santo Agostinho, ao rejeitar o suicídio, veio modificar profundamente o modo de encará-lo” (Sampaio, 2001, p. 22). A ideia do suicídio como pecado foi retomada no século XIII, por São Tomás de Aquino, que afirmava que só Deus possuía o direito a dar e a tirar a vida, posição característica do período medieval, que “influenciou as comunidades durante muitos anos e levou a que muitos fossem criticados e mesmo perseguidos pelo fato de terem atentado contra a própria vida” (idem, p. 23).

Na Idade Média, era comum que os corpos de suicidas fossem vilipendiados de variadas maneiras, na tentativa de servir de exemplo para outros membros da comunidade e, assim, dissuadir suicidas potenciais ou “para impedir que ele

mesmo, ou o espírito que o empolgara em vida, voltasse à Terra para atazanar os vivos” (Dapieve, 2009, p. 73). Em ocorrências como as de punir com pena de morte aquele que já havia se matado, ficava claro que “o direito medieval assimilara superstições mais antigas em torno do suicida” (idem, p. 72). O governo de alguns territórios franceses ainda obrigava ao confisco dos bens móveis e imóveis do morto, de sua esposa e de sua família. Em algumas províncias, a casa do morto ainda tinha a fachada demolida, como “preocupação de enquadrar o seu habitante” (idem, p. 74).

No apogeu do romantismo na Europa, muitos jovens viviam a vida como se ela também fosse uma obra de ficção. Assim, “o suicídio se tornou um ato literário, um gesto histórico de solidariedade para com qualquer herói ficcional que fosse a coqueluche do momento” (Alvarez, 2002, p. 231). Um momento ainda hoje lembrado é o que se sucedeu à publicação do romance *Os sofrimentos do jovem Werther*, de Goethe, em 1774. A partir daquele ano, “a Europa romântica foi sacudida por uma onda de suicídios de jovens que se identificaram com o amor não correspondido do protagonista por Charlotte” (Dapieve, 2009, p. 14). Exemplares do livro de Goethe passaram a ser encontrados junto dos cadáveres, o que levou à concepção da expressão “efeito Werther”, que “passou a ser usada sempre que um suicídio – sobretudo o de artistas – serve de inspiração para que outras pessoas se matem” (idem, p. 15).

Na sociedade japonesa, por outro lado, o ato suicida é visto de forma diferente, ainda que tenha se transformado ao longo dos anos. No período feudal, o suicídio “era a declaração final da coragem e decisão de um homem” e, com o passar das gerações, se transformou “numa autodestruição escolhida” (Benedict, 2009, p. 143). No Japão moderno, o ato suicida é honroso e significativo. Se for “adequadamente executado, de acordo com os seus princípios, limpa o nome e



reabilita a memória”, pois a morte voluntária “alcança um objetivo que a própria pessoa almejou” (idem, p. 242).

De volta à sociedade ocidental capitalista, mudanças radicais na condição financeira continuaram a ser razões que levam ao suicídio. Em 2008, por exemplo, ano em que a economia mundial entrou em crise⁸, o número de atos suicidas também aumentou, “como se os valores da bolsa em queda levassem à desvalorização do valor da vida” (Restrepo, 2008).

Com o passar dos anos, o ato suicida passou a ser descriminalizado. O Reino Unido só deixou de processar as vítimas de suicídio em 1961⁹. Para o Código Penal Brasileiro, a morte do agente extingue a punibilidade (art. 107), portanto o suicídio não é considerado crime.

Ao analisar o comportamento geral dos órgãos de comunicação social frente a casos de suicídio, é possível notar que a prática jornalística é influenciada pela visão que os leitores têm da morte voluntária, se colocando “não como vetor do ‘contágio’, mas como instância social solidária ao tabu que a suplanta” (Dapieve, 2009).

Suicídio no jornalismo

Quase seis séculos depois da invenção da prensa móvel por Johannes Gutenberg, o jornalismo mantém permanente debate sobre sua matéria-prima, sendo desafiante apontar com exatidão o que é uma notícia diante da “ausência de um critério universalmente compartilhado para distinguir o que são as notícias

⁸ Detalhes sobre a crise econômica que eclodiu em 2008 podem ser encontrados em <<http://revistaescola.abril.com.br/geografia/fundamentos/causou-crieseconomica-mundial-470382.shtml>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

⁹ O “Suicide Act” alterou a legislação britânica, deixando de considerar crime o ato suicida. Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/Eliz2/9-10/60>>. Acesso em: 20 fev. 2014.



do que elas não são” (Vizuete & Marcet, 2003). Nas tentativas de criar critérios para definir o que deve ou não ser publicado, jornalistas e investigadores buscam definir os valores-notícia, também chamados de fatores de interesse da notícia, que nada mais são do que “critérios embutidos nas rotinas profissionais” (Jorge, 2006) resultantes de três conceitos elencados por Mauro Wolf (2001): noticiabilidade, valores-notícia e cultura profissional.

O ato suicida pode reunir diversos valores-notícia, de acordo com a classificação sistematizada por Thaís de Mendonça Jorge (2006). O suicídio de uma pessoa desconhecida, se noticiado na editoria local, atenderia aos critérios de atualidade, proximidade, morte e violência, além de poder ser encaixado nos valores de confidências, mistério, amor, sexo, religião e dinheiro, dependendo do caso. O suicídio de celebridades atende a outros critérios: impacto, notoriedade, morte e violência, além de outras possíveis variáveis, tais como amor, sexo, poder, dinheiro, mistério, religião e confidências.

Apesar de se encaixar em variados critérios de noticiabilidade, nem sempre os casos de suicídio são publicados pelos órgãos de comunicação social, pois “a maioria dos jornais considera que o suicídio diz respeito à esfera privada e só deve ser divulgado quando guardar relação com assuntos de interesse público” (Ramos & Paiva, 2007). Dessa forma, “é razoável supor que o procedimento recalcado da imprensa frente ao suicídio reflita o mal-estar de toda a nossa sociedade diante da morte voluntária” (Dapieve, 2009).

Noticiabilidade do suicídio

Estabelecer práticas resultantes da deontologia jornalística contribuiu para que os media atuassem como organizações profissionais voltadas para a publicação de conteúdos com noticiabilidade. Tal conceito pode ser compreendido como “conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de



informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (Wolf, 2001, p. 190), ainda que a aplicação do conceito esteja habitualmente sujeito a desacordos entre os jornalistas.

Dadas as peculiaridades do tema suicídio, editores dos três maiores jornais de circulação paga do Distrito Federal¹⁰ optam por divulgar notícias sobre este tema em situações específicas, configurando uma abertura seletiva ao assunto. Carlos Alexandre, editor-executivo do Correio Braziliense, acredita que “os jornais tendem a não dar muito destaque ou até mesmo não publicar casos de suicídio”. Para Leonardo Meireles, editor-chefe do Aqui DF entre 2008 e 2013, é necessário que mais pessoas estejam envolvidas no evento para que haja uma cobertura factual de um caso suicida, por exemplo, “quando o homem mata a esposa e depois se mata, ou no caso do menino da escola de São Paulo que atirou na professora e depois se matou”. O suicídio também se tornaria jornalisticamente relevante em casos de pessoas de notória relevância ou de celebridades. “Por ser uma pessoa pública você mexe com o fanatismo”, argumenta Meireles.

Maria Eugênia, editora-chefe do Jornal de Brasília entre 2010 e 2013, pondera que não há como esconder a morte por suicídio em casos deste tipo: “Se uma celebridade morre, o fato de ela morrer é uma notícia e forma como ela morre a gente tem de dizer. Não é a notícia de um suicídio, é a notícia de que a pessoa morreu, deixou de existir”. A editora acredita que o suicídio, quando é praticado como ato isolado, só interessa à pessoa e à família, logo “não vai ter relevância como notícia”.

¹⁰ Os jornalistas, o delegado e demais profissionais entrevistados para a investigação realizada foram entrevistados no segundo semestre de 2011



O ex-delegado-chefe da 5ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal, Laércio Rossetto, reconhece que as autoridades policiais “nem procuram passar” casos de suicídio para os órgãos de comunicação social, a não ser em casos específicos, no quais “a cobrança da mídia é muito importante”.

Cada caso deve ser tratado individualmente, de acordo com Carlos Alexandre, editor-executivo do Correio Braziliense, que lembra que a morte de Getúlio Vargas não poderia ter sido noticiada ocultando o ato suicida, pois “obviamente você deveria tratar como um ato político, aquilo não foi um ato pessoal”. Para o jornalista, é necessário “ter consciência da leitura que tem que ser feita dos acontecimentos” e não é possível “isolar (o suicídio), em determinado caso, com uma leitura unívoca”.

Além da cobertura factual, existem reportagens aprofundadas, mas estas seriam “exceções que mais confirmam a regra”, segundo Leonardo Meireles. O jornalista cita que estas são situações em que “a mídia tem que fazer aquela matéria até por uma questão de saúde pública, de segurança pública”. Maria Eugênia afirma que a veiculação de notícias sobre suicídios é rara e surge quando há “alguma informação de relevância que pode ajudar as pessoas a não se matarem”. Por exemplo, reportagem publicada pelo Jornal de Brasília em 24 de outubro de 2011 destacou o crescimento de 30% no número de suicídios no Distrito Federal, entre 2007 e 2010, informando sobre sintomas e prevenção. A peça jornalística inclui o depoimento de um homem de 23 anos, de identidade preservada, que não conseguiu se matar, e conta com informações do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, responsáveis por impedir 886 suicídios em 2010, ano que contou com o registro de 133 suicídios.

Em 2 de maio de 2009, o Correio Braziliense publicou uma reportagem sobre os 12 casos de suicídio ocorridos no vão central do shopping Pátio Brasil, onde



circulam 50 mil consumidores por dia. Além de contar com o depoimento do pai da então vítima mais recente, a reportagem cobrou ações concretas do shopping, que posteriormente fechou o vão central e a área externa. Nenhum gestor do shopping concedeu entrevista para o jornal. Um dos autores da reportagem, o jornalista Renato Alves conta que os repórteres buscaram “mostrar que aquilo que aconteceu era uma coisa muito triste, ruim para a sociedade e, principalmente, um risco iminente. A gente não queria tratar como um mero drama familiar”.

No Jornal de Brasília, as entrevistas demonstraram preocupação de que, uma vez noticiado, um caso de morte voluntária se torne o ponto de partida para uma onda de suicídios. Maria Eugênia observa que “estatisticamente, é comprovado que, quando você começa a divulgar, isso (a publicação) pode estimular” e que isso leva o diário a evitar notícias ligadas ao tema. Por outro lado, Leonardo Meireles, então editor do Aqui DF, afirmou não temer a ideia de contágio, desde que a notícia seja publicada numa “situação tal que a pessoa que está lendo (...) não vai se sentir identificada com o problema, porque você transforma aquilo numa coisa muito pessoal”.

Para Meireles, agir com respeito às pessoas implicadas é mais importante do que ser temeroso à ideia de contágio, pois esse comportamento “coloca um limite bem mais palpável do que uma pesquisa que não existe”. Ele defende que haja cuidado com todos os indivíduos envolvidos, direta ou indiretamente, no ato suicida, “para não afetar a imagem daquela pessoa que se suicidou e também da família dela”. Laércio Rossetto, ex-delegado-chefe da 5ª Delegacia de Polícia do DF, acredita que o tema deve ser tratado com cuidado por respeito à família das vítimas dos atos suicidas. Para ele, “não é ler uma notícia sobre um suicídio que vai fazer ele (o suicida potencial) se matar”. O delegado ressalta que “não tem obrigatoriedade de passar informações” e aponta que “os parentes ficam muito



consternados” em casos de suicídio. Para ele, “não é questão de sonegar informação, é porque não precisa passar (aos media) mesmo”.

Maria Eugênia, por outro lado, compreende que a “preocupação não é de preservar a pessoa que já se foi e nem a família dela, é de preservar quem pode estar pensando em cometer o suicídio também”. A editora afirma não publicar a notícia de suicídios por causa de “um temor de que outras pessoas, lendo aquela matéria e que estejam depressivas, de mal com a vida, se sintam estimuladas a fazer a mesma coisa”.

O medo em criar uma epidemia suicida também é usado contra os jornalistas. Na reportagem que fez sobre as mortes no shopping Pátio Brasil, o repórter Renato Alves, do Correio Braziliense, afirma que recebeu diversas chantagens para que a peça jornalística não fosse publicada. “Chegou a um ponto em que eles (diretorias da Secretaria de Segurança Pública e do shopping) me falaram que, se saísse uma reportagem e alguém se jogasse, eu carregaria aquela culpa para sempre”, revela. O jornalista admite ter ficado preocupado nos primeiros dias após a publicação da reportagem: “Imagina se alguém se jogasse. Eu ia dormir com aquela culpa, será que tinha sido por minha causa? A pessoa estava predisposta e eu só estimei? Imagina se acontece uma onde de suicídio maior do que já tinha”.

Suicídio e cultura profissional jornalística

A cultura profissional do jornalista representaria “um emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas” (Garbarino apud Wolf, 2001, p. 188). Estas convenções relativas às funções dos órgãos de comunicação social e dos jornalistas na sociedade transformam em notícia “aquilo que, depois de tornado pertinente pela cultura profissional dos jornalistas, é susceptível de ser ‘trabalhado’ pelo órgão



informativo sem demasiadas alterações e subversões do ciclo produtivo normal” (Wolf, 2001, p. 191).

Não existiria, por parte dos principais jornais do Distrito Federal, a preocupação em entender o suicídio como pauta jornalística, segundo Carlos Alexandre, do Correio Braziliense, o foco dos veículos de comunicação é voltado a temas como política, economia e internacional. E essas seriam “as prioridades que os jornais buscam sempre quando vão fazer um trabalho de pesquisa sobre os seus leitores”. O editor admite “que a orientação repassada para os jornalistas que possam trabalhar a questão do suicídio é uma orientação informal”.

Ao ser perguntado sobre práticas jornalísticas relacionadas ao suicídio como notícia, Leonardo Meireles reconhece que recebeu orientações de jornalistas mais experientes quando investigou o tema. Teria ouvido “uma mítica pesquisa da Noruega ou da Suécia, onde viram que dar notícia de suicídio aumenta em 15% os suicídios nos próximos cinco dias”. Meireles afirmou jamais ter encontrado algum estudo que prove a existência do contágio após a publicação de notícias que envolvem atos suicidas. Para ele, “isso acabou virando um preconceito e você fica realmente com esse medo”.

A cultura oral sobre o impacto da publicação de reportagens sobre o suicídio está presente nas entrevistas dos profissionais. Maria Eugênia entende que a abordagem ao tema do suicídio é algo histórica. “Por toda minha formação de redação eu já vinha escutando isso. Acho que prevalece o feeling, o bom senso”, argumenta. O repórter Renato Alves desconhece orientações oficiais e acredita que “nunca houve um acordo formal, uma lei que nos proíba de publicar suicídio”. Ainda assim, quando repórteres iniciantes tentavam veicular notícias que envolviam o ato suicida, o jornalista os conduzia da mesma forma como havia sido



orientado. “Tudo o que me explicaram um dia, eu tive que explicar para eles”, conta.

Para Leonardo Meireles, o jornalista iniciante esbarra com esse suposto acordo sem uma preparação adequada. Meireles explica que a falta de orientação à equipe de reportagem por causa da grande rotatividade dos profissionais do Aqui DF. “É preferível eu falar para um subeditor que cuida dessa parte específica, ele fica sabendo e, quando o repórter chega com essa dúvida, explicamos”, afirma.

Profissionais de outras áreas do conhecimento também estariam, de certa forma, influenciados por esta percepção derivada da cultura oral. Ex-delegado-chefe da 5ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal, responsável pela área central de Brasília, Laércio Rossetto auxiliou na busca por dados sobre a onda de suicídios no shopping Pátio Brasil, defendendo que “uma medida precisava ser tomada” e que “dependendo dos casos, a cobrança da mídia é muito importante”. Mas, em geral, o policial segue uma recomendação oral, de que “sempre que tem um caso assim (de suicídio), então a gente nem procura passar”. O delegado também ressalta que “não tem obrigatoriedade de passar informações”, que “não tem orientação de cima” e que “é coisa de delegado para delegado”.

Ausência de parâmetros

Parte das dificuldades dos jornalistas no tratamento ao suicídio como notícia seria reflexo da própria sociedade, de acordo com Leonardo Meireles. Para ele, o jovem repórter não recebe formação adequada na universidade nem no mercado de trabalho, portanto “não é preparado para cobrir esse tipo de coisa (o ato suicida) porque na sociedade em geral não há uma discussão sobre o suicídio, é um assunto tabu, as pessoas morrem de medo de falar sobre isso”. Maria Eugênia lamenta a falta de seminários e palestras sobre temas polêmicos, como a



cobertura de suicídios, mas não acredita que o aumento da discussão “demandaria uma mudança de procedimento, porque (...) o que deve reger essa decisão é a relevância e o bom senso”.

Carlos Alexandre aponta “que existe um consenso entre os jornalistas”, ainda que isto possa ser algo “mal resolvido” ou que possa ser “mais bem debatido”. O jornalista crê que apenas quando o ato suicida ganhar atenção de outras áreas é que ele se tornará objeto de interesse dos veículos de comunicação, sendo necessária “a mobilização de outros atores ou o aparecimento de outros indicadores” para que este acordo tácito possa ser rediscutido, ainda que “talvez falte um subsídio mais consistente para que de fato indique se os jornais devem ou não publicar suicídio”.

Ao tratar da série de suicídios no shopping Pátio Brasil, o repórter Renato Alves, do Correio Braziliense, se deparou com a dificuldade de encontrar orientações e parâmetros sobre como abordar a “pouco explorada” temática da morte voluntária e pondera que a “discussão que tivemos no jornal ao longo de semanas teria que estar em algum lugar, como referência”. Para ele, chama atenção a ausência do assunto nos principais códigos de ética¹¹ e manuais de redação brasileiros. O suicídio também é tema raro em conteúdos não-jornalísticos dos media, como nas telenovelas, lembra Leonardo Meireles. “O suicídio dentro de novelas é só uma solução”, analisa.

Percepção externa

¹¹ O tema não é tratado pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, revisto em 2007 pela Federação Nacional dos Jornalistas http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf e também não está no Código de Ética e Autorregulamentação da Associação Nacional de Jornais (<http://www.anj.org.br/quem-somos/codigo-de-etica>), dois principais documentos deontológicos do jornalismo brasileiro.

Os jornalistas entrevistados têm opiniões diversas sobre a percepção que o público possui do suicídio como tema jornalístico. Maria Eugênia acredita que “o leitor também sabe” que os veículos não costumam tratar do tema, “embora não exista um tratado ou uma norma”. Renato Alves, por outro lado, acredita que “o leitor, em sua grande maioria, não sabe que há esse acordo (de evitar a publicação de notícias sobre suicídio)”.

Apesar das opiniões divergentes, os dois afirmam que existe manifestação por parte do público sobre o tema. Maria Eugênia diz que, quando leitores contatavam o jornal para informar da ocorrência de suicídios, profissionais explicavam que o acontecimento não seria noticiado pelo Jornal de Brasília. Renato Alves lembra que, antes de o Correio Braziliense publicar reportagens sobre a onda de suicídios no shopping Pátio Brasil, o diário era acusado de conivência: “A gente recebia inúmeros telefonemas aqui na editoria de Cidades. As pessoas relatando: ‘Como assim? Que absurdo, a imprensa está omissa, o (shopping) Pátio Brasil comprou vocês’. E aí você tinha que explicar, um a um, que a gente não dava (notícias sobre suicídio)”.

Alves lembra que inclusive funcionários do Correio Braziliense tinham dificuldade para entender o posicionamento do jornal, então repórteres iniciantes “iam lá tentar fazer matéria e chegavam indignados porque a matéria não saía. Tudo que me explicaram um dia eu tive que explicar pra eles”. Apesar de não publicar a notícia de cada um dos suicídios realizados no local, Alves afirma que a equipe do jornal se deslocava ao shopping a cada ocorrência, para confirmar a hipótese de suicídio e averiguar se o ato suicida havia levado a outra vítima. Para reportar os suicídios realizados no Pátio Brasil, o jornalista levou em consideração um e-mail que circulava pela internet, de um pai que pedia providências após o filho ter se jogado do último andar do shopping. Carlos Alexandre discorda dos colegas e



afirma que o público não se manifesta nestes casos e que seria “preciso que ela (a sociedade) se manifeste. A gente também pode ir lá eventualmente querer saber, mas o fato é que esse debate ainda não chegou aqui na redação, infelizmente”.

Conclusões

A presença de orientações sobre como reportar acontecimentos relacionados ao suicídio é escassa no jornalismo brasileiro. Poucos manuais tratam do tema e não há qualquer menção sobre suicídio nos dois principais códigos de ética do jornalismo brasileiro. Deontologicamente, portanto, o assunto se localiza como dilema enfrentado pelos jornalistas que se veem frente a frente com a missão de produzir textos sobre esse tema.

Mesmo com o debate permanente sobre a definição do que é notícia, a prática dos jornais do Distrito Federal mostra que existem recomendações orais sobre quando reportagens com a temática do suicídio devem, ou não, ser publicadas. O ato suicida, que não é considerado crime pelo Código Penal brasileiro, é tratado como questão de saúde pública. Nos principais jornais do Distrito Federal, portanto, o assunto só se torna notícia quando extrapola o círculo do indivíduo e vitima um terceiro ou quando o jornalista possui alguma informação que possa ser capaz de diminuir a ocorrência de mortes voluntárias, seja alertando a sociedade ou cobrando ações de órgãos competentes.

A compreensão do suicídio como acontecimento que se transforma ou não em notícia é resultante de um processo histórico e de uma cultura profissional que têm servido para guiar o trabalho nas redações. As decisões tomadas pelos jornais são parecidas, ainda que as reflexões realizadas até o resultado final sejam, muitas vezes, diferentes. Por outro lado, os editores responsáveis pelos principais jornais brasilienses apresentaram percepções distintas do que os leva a ignorar a



factualidade do suicídio em seus noticiários. Seja por respeito à família ou por medo que a notícia desencadeie uma onda de mortes voluntárias, o acontecimento dificilmente terá espaço em veículos impressos do Distrito Federal. Mesmo quando o ato suicida ocorre fora do Distrito Federal, o acontecimento não foge de critérios de noticiabilidade que acabaram instaurados no dia a dia e também são transmitidos oralmente entre os jornalistas. Seja nas páginas de jornalismo nacional, internacional, esportivo ou cultural, o suicídio costuma ser notícia quando é cometido por alguma pessoa pública ou o suicida causa outra vítima em sua ação – no momento em que tira a própria vida, no caso de atentados terroristas, ou quando se mata após cometer um crime, em episódios nos quais o homicídio acaba seguido por um suicídio.

Parece claro que a falta de orientação em relação ao tema do suicídio é reflexo do tabu que a sociedade ainda encontra ao tratar do tema da morte voluntária, raro em discussões e nos órgãos de comunicação social. O assunto é pouco explorado nos principais manuais de redação do país e mesmo nos códigos de ética que deveriam orientar a prática e a deontologia jornalística, o que é suficiente para exemplificar a baixa prioridade que a discussão sobre temas relacionados ao suicídio possui no cotidiano dos jornalistas.

O jornalista que buscar informações sobre o tratamento que deve dar à informação ao realizar coberturas sobre o assunto irá se deparar, além das orientações repassadas oralmente através do trabalho diário, com pouco material disponível acerca do assunto – o principal estudo sobre a cobertura do suicídio, realizado pela Organização Mundial da Saúde, possui como principal atribuição tentar conter o número de suicídios no mundo, não dedicando orientações relacionadas ao respeito para com a vítima e sua família. Apesar de haver certo consenso entre os jornalistas a respeito do que deve ser noticiado, ainda falta debate sobre o tema.



A visão que se possui do público é bastante divergente. Como não são comumente ‘desenvolvidos estudos capazes de indicar a percepção do público em relação a notícias sobre suicídio, a atividade profissional cotidiana tem cumprido importante papel na formação dos jornalistas que possam vir a trabalhar com o tema. Apesar de os profissionais entrevistados discordarem sobre o conhecimento do leitor sobre a publicação de notícias acerca de suicídio, eles se mostram unânimes em apontar que o público elogia quando o jornal veicula reportagens aprofundadas, que visam fazer cobranças ou alterar uma sequência alarmante.

O número de suicídios aumenta a cada ano, mas o jornalismo impresso do Distrito Federal tem dado espaço para o tema somente em raras oportunidades. Muito além de discutir sobre o risco de contágio, o jornalista precisa agregar valor ao material que produz, gerando informação de serviço e utilidade pública. Auxiliar na orientação da sociedade, seja mostrando alternativas ao ato suicida ou educando a convivência de familiares e amigos, faz parte do papel social que deve desempenhar aquele que se comunica com ela.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alvarez, A. (2002). *The savage God: a study of suicide*. Londres: Bloomsbury.

Benedict, R. (2009). *O crisântemo e a espada – Padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva.

Brasil. Código penal. Acesso em: 21 fev. 2014. Disponível em http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf.

Bucci, E. (2000). *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras.

Cameron, R. (2000). *France and the economic development of Europe (1800-1914)*. Inglaterra: Routledge.

Camus, A. (2010). *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: BestBolso.

Dapieve, A. (2009). *Morreu na contramão – O suicídio como notícia*. Rio de Janeiro: Zahar.

Durkheim, É. (2003). *O suicídio*. São Paulo: Martin Claret.

Federação Nacional dos Jornalistas. (2010). *Código de ética dos jornalistas brasileiros*. Acesso em: 21 fev. 2014. Disponível em: http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf

Folha de S. Paulo. (2010). *Manual da redação*. São Paulo: Publifolha.

Garcia, L. (org.). (1992). *Manual de redação e estilo de O Globo*. Rio de Janeiro: Editora Globo.

- Goethe, J. W. von. (2010). *Os sofrimentos do jovem Werther*. São Paulo: Abril.
- Goodwin, E. (2003). Chocante! In: *Procura-se ética no jornalismo*. Rio de Janeiro: Nórdica.
- Hottois, G., & Missa, J. N. (2001). *Nouvelle encyclopédie de bioéthique: médecine, environnement, biotechnologie*. Bruxelas: De Boeck & Larcier.
- Jorge, T. de M. (2006). A notícia e os valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa. In: *UNIrevista*, 1 (3). São Leopoldo. Acesso em: 21 fev. 2014. Disponível em http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Jorge.pdf.
- Jorge, T. de M. (2008). *Manual do foca – Guia de sobrevivência para jornalistas*. São Paulo: Contexto.
- Lage, N. (2002). *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record.
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. de A. (1992). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas.
- Marcos, R. (org.). (2010). Tratamiento de las prácticas suicidas en los medios audiovisuales. Acesso em: 21 fev. 2014. Disponível em: <http://www.afsca.gob.ar/web/Varios/Estudios/tratamiento-practicas-suicidas.pdf>. Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual.



Martins, E. (org.). (1997) *Manual de redação e estilo O Estado de S. Paulo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo.

Nogueira, N. (1996). *Jornalismo é...* Rio de Janeiro: Xenon.

Nucci, C. (org.). *Manual de Jornalismo da Radiobrás*. Acesso em 21 fev. 2014.

Disponível em

<<http://www.jornalismodigital.org/wp-content/uploads/2010/05/Manual-de-Jornalismo-Radiobras.pdf>>.

O Dia (1996). *Manual de redação e texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Editora O Dia.

Organização Mundial da Saúde. (2000). *Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da mídia*. Genebra.

Ramos, S. & Paiva, A. (2007). *Mídia e violência – Tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

Traquina, N. (1999). *Jornalismo – Questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega.

Restrepo, J. D. (2008). *Una crisis de quiebras y suicidios*. Acesso em: 21 fev. 2014. Disponível em

<<http://media.terra.com.br/terramagazine/interna/0,,OI3278472-EI11566.00.html>>.

Sampaio, D. (1991). *Ninguém morre sozinho – O adolescente e o suicídio*. Lisboa: Caminho.

Savoie, C. (2005). *Monetary madhouse*. Acesso em: 21 fev. 2014. Disponível em:

<http://www.silver-investor.com/charlessavoie/cs_3-29-



[05_monetarymadhouse.htm](#)>.

Sousa, J. P. (2011). Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. Universidade Fernando Pessoa. Acesso em: 21 fev. 2014. Disponível em

<<http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>>.

Souza, E. R. de., Minayo, M. C. de S., & Malaquias, J. V. (2002). *Suicide among young people in selected Brazilian State capitals*. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, 2002. Acesso em: 21 fev. 2014. Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v18n3/9295.pdf>>.

Squarisi, Dad. (2005). *Manual de redação e estilo*. Brasília: Assis Chateaubriand.

Stack, S. (2003). *Media coverage as a risk factor in suicide*. Acesso em: 21 fev. 2014. Disponível em <<http://jech.bmj.com/content/57/4/238.full.pdf>>.

Vizuete, J. I. A., & Marcet, J. M. C. (2004). *Fundamentos de periodismo impreso*. Barcelona: Ariel.

Wolf, M. (2001). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença.